

ANTROPOLOGIA DA DESORDEM GLOBAL: NOTAS DE UMA DISCIPLINA EM RECONFIGURAÇÃO¹

CRISTIANA BASTOS
Universidade de Lisboa
CUNY Graduate Center

A Terceira Guerra Mundial e a Antropologia

Quem imaginou que a queda do muro de Berlim e o fim da guerra fria poderiam vir a ser sucedidos por um tempo de paz e, quem sabe, de construtiva e criativa harmonia feita de colaborações globais num novo tipo de ordem mundial, caiu necessariamente da sua ingenuidade dadas as imediatas evidências da história. Pouco depois do advento da "Perestroika" e da factual e física derrocada do muro, e sem tempo para elaborarmos sobre o que seria a nova ordem política — ou com o risco de desactualização imediata ao tentar fazê-lo — presenciámos um sem número de novas e inesperadas formas de guerra, conflito, desarmonia.

Inaugurando essa nova era tivémos a "Guerra do Golfo", a "cirúrgica" e mediática intervenção americana no Iraque em 1991, assistida em simultaneidade mundial. Depois vieram as calamidades étnico-políticas da Bósnia, do Ruanda, da Chechnia, as mais salientes num mar de sublevações fundamentalistas em todo o mundo e de abusos étnico-políticos variados — em Chiapas, na China, em Angola, nas fronteiras e alfândegas policiadas dos

1. Paper apresentado na mesa redonda "Etnicidade e Globalização", do encontro temático da Associação Brasileira de Antropologia *Panorama da Antropologia Portuguesa*, Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ, 28-30 de Junho de 1995.

países ditos desenvolvidos, nos Estados Unidos, França e Alemanha, ou nos países de recente transição, como é o caso de Portugal. E ainda, para escalada do desconforto, se materializaram as novas aparições de terrorismo urbano no cerne do primeiro mundo, em que o metro de Tóquio vira câmara de gás letal, Paris se aterroriza com bombas em cadeia, e no meio da mais pacata paisagem da "Middle America", no Kansas, um edifício federal se estilhaça com dinamite colocada pela até então desconhecida categoria de "home-grown terrorist", o terrorista feito em casa, auto-proclamado puro sangue e patriótico, revoltado contra o estado, trazendo para a extrema-direita o que há cem anos fora o discurso revolucionário dos anarquistas — e, certamente, confundindo tudo e todos.

Nova desordem global, portanto, melhor caracterizaria este contemporâneo estado de coisas. A ordem bi-polar da guerra fria não foi sucedida pela massificação global homogeneizada, sob um regime de "Pax Americana" ou sob o signo do diálogo internacional, mas por algo bastante diferente. De novo nacionalismo, etnicidade, e ainda pastiches recortados de projectos de revolta acéfala se implicam em paixões que movem guerra, preconceito, translados massivos de população, transmigrações, exílios, albergues políticos. O mundo ferve, e não apenas em termos de metáfora social. Ferve também a atmosfera, o mundo biofísico, ajudando a criar um cenário de apocalipse para este fim-de-século. Buraco do ozônio, aquecimento global, tempestades, desassossego climático, novas epidemias, tráfico viral, AIDS, ebola: tudo parece desafiar o optimismo da ideologia desenvolvimentista do pós-guerra, ela mesma o culminar do evolucionismo e racionalismo do século dezanove, o mesmo de que, enquanto antropólogos, somos herdeiros.

Herdeiros especiais, digamos, porque aos antropólogos coube a contra-mão do racionalismo; coube contradizer as previsões de homogeneização e da lógica massificante do projecto evolucionista do século dezanove. Fizêmo-nos disciplina demonstrando a heterogeneidade e diversidade cultural; continuámos disciplina extravazando o discurso académico sobre a condição humana e encontrando-a na esfera política e social. Hoje põem-se nos novos desafios relativos a essa condição global e ainda incipientemente caracterizada; não a conhecemos ainda, e somos espectadores, somos actores, podemos talvez arriscar colocar-nos, como disciplina, teorizando, fazendo etnografia, sistematizando observações.

Dentro do cenário que descrevi, dois tópicos de desafio global assumem particular interesse: a crise-e-consciência ecológica e a pandemia de AIDS. Estas duas questões, de carácter global e contemporâneo, suscitaram um tipo de respostas sociais que merecem exame detalhado e trazem para a antropologia desafios metodológicos e teóricos. Os esforços das instituições internacionais/transnacionais e dos agentes locais no sentido de administrar globalmente a resposta a desafios que se põem hoje à humanidade como um todo constituem um fenómeno social contemporâneo que de alguma forma vai na contra-corrente da pulverização e estilhaçamento bélico que descrevemos acima. Esses esforços podem ser o campo para etnografias de globalização e matéria para elaborações teóricas.

As instituições globais

Foi após a segunda grande guerra que as instituições internacionais que conhecemos hoje, como a ONU, FAO, OMS, PNUD, UNICEF, tomaram corpo e se fizeram as guardiãs não apenas da paz mundial como de outras grandes questões de ordem *global*, da fome e saúde ao desenvolvimento. Paralelamente, agilizando canais que os governos locais e administração internacional não podiam alcançar, diversas agências de apoio ao desenvolvimento lançaram programas de acção directa nas áreas de maior carência. As mais conhecidas, sobretudo na América Latina, são a USAID, as fundações privadas como a Ford e Rockefeller, e as associações religiosas inter-igrejas.

A partir dos anos 50 intensificou-se a complexidade da teia de ligações entre as áreas deprimidas e as áreas desenvolvidas do globo. Enquanto as empresas transnacionais investiam, dilapidavam, criavam extensões de produção *off-shore* para aproveitar os preços locais de mão-de-obra, flexibilizando-se num regime que viria a ser chamado "pós-fordismo", ou acumulação flexível, outros fluxos transferiam fundos e conhecimentos entre áreas do mundo, muitas vezes para contrabalançar e atenuar os efeitos da própria expansão do capitalismo. Nos anos sessenta o desenvolvimento parecia triunfante; não só os países mais desenvolvidos tinham atingido níveis de bem estar e privilégios sociais elevados, do "welfare state" norte-europeu à prosperidade norte-americana, como se permitiam ainda um revisionismo humanista das suas bases económico-filosóficas.

É no seio dos países desenvolvidos que surgem os movimentos de sessenta (e em particular o Maio de 68 em França); é lá que os jovens das elites asiáticas, africanas e sul-americanas vêm estudar livremente os teóricos do marxismo, às vezes para arquitectar as suas idiossincráticas revoluções. É nesse momento que também a antropologia se permite elaborar uma autocrítica do seu passado irmanado com o colonialismo e se aventura a perspectivas mais ambiciosas, que incluem um deslocar do objecto para a própria análise do impacto do capitalismo nas sociedades não ocidentais e um ampliar do método para a experiência da história e das outras ciências sociais. Os estudos mais ingénuos de sociedades "congeladas" na sua pristina e intacta pureza, que tinham caracterizado a antropologia culturalista e a antropologia social de vínculos coloniais, deram lugar a estudos que contemplavam a interacção dos fenómenos locais com a ordem político-económica envolvente. Paralelamente, de forma quase estanque, o mundo soviético mantinha a sua lógica independente e atraía outras áreas de influência. Se, no início, a designação de "terceiro mundo" para os países pobres se fizera por analogia com o "terceiro estado" da sociedade europeia setecentista, isto é, o "povo", as massas, a maioria, lentamente sofreu uma deslocação de significado para o de "terceiro" de uma tríade onde acima se colocam dois parceiros opostos e complementares, os detentores do poder na aparentemente eterna e estrutural guerra fria, Americanos e Soviéticos. Parecia então que havia dois caminhos de desenvolvimento, e, nos anos setenta, as metas políticas podiam ser ainda fraseadas em termos de revolução social. Em 1974-75, Portugal assistiu a um dos últimos momentos desse cenário. Mas foi outro, e surpreendente, o epílogo da guerra fria. O aparentemente pacífico derrocar das barreiras e a abertura de mercados económicos e transacções culturais veio criar um novo campo que não diz respeito apenas aos clássicos "grandes blocos", mas que afecta largamente todos os que se situavam no "terceiro" e "quarto" mundos, nas esferas do desapoderamento e vulnerabilidade, nas zonas frágeis de invisibilidade onde a antropologia de novo se coloca. O cenário do deserto nuclear que alimentava o imaginário da guerra fria viria a dar lugar a um outro de sinal contrário: a catástrofe ecológica, a contaminação global, o dizimar da humanidade por sequências de epidemias e efeitos de estufa. Entretanto, um cenário suplementar é já visível, como mencionámos no início: o de uma guerra "a quente", de imprevistos, deslocada, sanguinária, terrorista, ressuscitando

paixões étnicas que por um interregno histórico de décadas estavam subtilmente silenciadas. *A nova desordem global*.

É este o mundo em que vivemos. É este o cenário que põe novos desafios à antropologia: um mundo de *deslocados*, *transnacionais*, *desreferenciados*. Um mundo em que as balas e as bombas estão de novo no quotidiano e em qualquer lugar, um mundo em que nos contaminamos com doenças incuráveis, um mundo em que junto do discurso globalizante e dos esforços legítimos para actuar globalmente sobre os grandes e graves problemas que nos ameaçam aparecem também os actos de violência mais arbitrária e mais porquial.

Antropologia e questões globais: notas de uma pesquisa

Ao contrário de perder espaço e sentido neste novo estado de coisas, a antropologia parece ter agora um lugar necessário e fundamental, mesmo que tenha que (fazendo justiça à sua genealogia) reconfigurar-se inteiramente e apelar à imaginação criativa para fazer face aos novos desafios. Povos desterritorializados; conflitos imprevisíveis; regresso do pânico e das epidemias; comunidades transnacionais; sociabilidade cibernética; sociedades em mutação cyborguiana, nas franjas e no centro; terrorismo; empobrecimento; falência dos centros. Não são as sociedades semi-idílicas descritas por Margaret Mead ou Malinowski, e muito menos o bom selvagem rousseauiano que os tinha inspirado; são os fantasmas de Hobbes que mais agitam o planeta.

Contrabalançando este terrorismo retórico existe um grande optimismo relativo às possibilidades de novas construções dentro do cenário de globalização — optimismo que nos leva às vezes a resvalar no "wishful thinking" e projectar nas hipóteses de trabalho o desejo de ver pelo melhor ângulo esta ordem contemporânea. Tendo escolhido as respostas à epidemia de AIDS como tema da pesquisa que me absorveu desde 1988, retrato-me pessoalmente de ter também resvalado nas áreas de "optimismo hipotético".

Acreditava, no início da pesquisa, conjuntamente com tantos outros a quem acompanhei na acção contra a AIDS, que estava ao nosso alcance e era da nossa responsabilidade combinar o melhor de todos os esforços de

pesquisa, conhecimento e acção para vencer e fazer retroceder aquilo que se configurava como uma grande ameaça à saúde e se configurou de facto como uma das mais tristes histórias do momento contemporâneo, um dos vectores dessa guerra "a quente" a que nos referimos acima, uma das evidências de que estamos de novo em frentes de batalha onde caem jovens, os corpos, diariamente.

Serviam-me de indícios para optimismo o facto de transformações inéditas estarem agora a interferir no processo de produção científica e definição do conhecimento e actuação médica. Inicialmente a AIDS era mais uma doença mortal, uma combinação de câncer e pneumonia que atingiu novaiorquinos e californianos; um mistério médico, uma dificuldade. Rapidamente virou um palco de resposta comunitária; os *gays* criaram fundos para mais pesquisa, desenvolveram estratégias de prevenção, divulgação, educação, de trabalho conjugado na clínica e na própria pesquisa terapêutica, bem como de associações comunitárias de serviços e ajuda mútua específica entre os casos de AIDS². As "vítimas" passaram a ser "pessoas vivendo com aids"³ e interlocutores indispensáveis do sistema, pressionando, apontando caminhos, e descobrindo soluções terapêuticas e preventivas, quando não de pesquisa básica⁴. Interações nunca antes vistas serviam de

-
2. As primeiras organizações criadas nestes moldes foram o Gay Men's Health Crisis, formado em Nova York em 1982, antes mesmo de existir um nome para a nova epidemia, e o Projecto Shanti, de São Francisco, que já existia para atender pessoas com câncer terminal e se remodelou para servir as pessoas com AIDS. Ambas se tornaram instituições de vulto e grande movimento. Com o desenvolvimento da epidemia e a sua expressão internacional, diversas organizações foram criadas em todo o mundo. O primeiro grupo organizado especificamente para a AIDS no Brasil foi o GAPA (Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS) de São Paulo, criado em 1985.
 3. Pouco depois da criação do Gay Men's Health Crisis, um grupo de pessoas com AIDS nos Estados Unidos lançou um outro tipo de movimento centrado na rejeição do paternalismo que medicina, sociedade e organizações lhes dedicavam, enquanto "doentes de AIDS". Adoptaram o termo PWA (person with AIDS, pessoa com AIDS), para rejeitar as conotações de passividade e fatalidade associadas a "doente de AIDS". No Brasil, o escritor Herbert Daniel assumiu uma postura equivalente ao lutar contra a "morte civil" dada com o diagnóstico de AIDS, ajudando a criar o Grupo pela VIDA.
 4. Os "PWA" dos Estados Unidos criaram os seus próprios mecanismos de conhecer e transacionar terapias difíceis de alcançar no sistema médico. Além da PWA Coalition, de carácter nacional, notabilizou-se o PWA Health Group de Nova York que, junto com o Project Inform de São Francisco, foram pioneiros em divulgar tratamentos e em negociar testes clínicos com os centros de pesquisa e o governo americano. Fundado em 1987, o

fórmula criativa para pesquisar e descobrir. A urgência, a necessidade e o desejo faziam-nos acreditar que uma solução poderia estar próxima, e assim continuávamos a empregar todas as nossas energias nesse momento e ponto de actuação.

Este modelo interactivo de "química criativa" inspirou-me para desenharmos a hipótese de um universo mais vasto de interacções articulado com a temática da globalização e a própria retórica das instituições mundiais de saúde que implementaram as estratégias internacionais face à AIDS. Começada como "Programa Especial de AIDS", a divisão da OMS desenhada para responder à epidemia adoptou em 1988 o título *global*. O GPA (Global Programme on AIDS) tornou-se visível e proeminente, propagando para o mundo inteiro a lógica e a retórica da resposta *global* e da acção *global*. Na tradição da OMS e das grandes agências internacionais do Pós (segunda) guerra, despoletaram-se mecanismos e canais de articulação entre o sul e o norte, entre o terceiro e primeiro mundo. A AIDS de África, quase invisível porque dissolvida nos inúmeros outros problemas de saúde e violações à vida que assolam o continente, passou a ser agenda prioritária para acção internacional — pelo menos, passou a um lugar proeminente na retórica internacional. O mesmo se passou para outras áreas que a epidemiologia inicial não destacara: a América Latina, a Ásia, as mulheres. Globalizou-se a consciência do problema, de forma análoga e quase sincronizada com o que se passou para a questão ecológica. Ampliaram-se os esforços para actuação coordenada e geral. Fizeram-se conferências internacionais com espaço privilegiado para os tradicionalmente excluídos do processo de pesquisa — os próprios doentes, os activistas, os países em desenvolvimento. Vozes que só agora eram audíveis e pareciam confirmar a emergência de um cenário globalista, total, multivocal, interactivo⁵. Um pouco por toda a parte, organizações não-governamentais cresceram e ga-

ACT UP (AIDS Coalition to Unleash Power) foi o grupo que mais radicalmente agitou o sistema, lutando pela aprovação de mais terapias e mesmo apontando caminhos de pesquisa junto dos laboratórios e agências científicas. O TAG (Treatment and Action Group), uma dissidência do ACT UP desde 1991, especializou-se unicamente em aprofundar questões de tratamento e pesquisa relativas à AIDS.

5. As Conferências Internacionais de AIDS são um bom exemplo desta multiplicidade de vozes: organizações comunitárias, cientistas, médicos, cientistas sociais, governos, companhias farmacêuticas, participavam em simultâneo no momento mais importante para troca de informações e estabelecimento de contactos.

nharam proeminência em função da causa; diferentes dos movimentos sociais do passado, ora espontâneos ora hierarquicamente subordinados a estruturas partidárias, estes actores sociais desenvolvem-se em redes definidas paritariamente, e numa surpreendente simultaneidade de comunicação. Os desenvolvimentos tecnológicos nesta área — o fax, as redes de comunicação por computador, a maior acessibilidade das viagens internacionais — ajudaram sem dúvida a consolidar fisicamente esta nova teia de redes sociais.

O problema

Seria esta globalização física a condição para uma química transformativa, internacional, global, mais intensa ainda que aquela que se observava no Estados Unidos entre activistas, clínicos, pesquisadores biomédicos e agências governamentais? Nessa pergunta estava contido o optimismo sobre as condições da globalização nos finais da década de oitenta. Estaríamos perante um cenário democratizante, coerente com a retórica das agências internacionais, potencial palco para novas descobertas, *locus* de transformações radicais? Sintetizando esta questão no paper "Ciência e Política na Construção da AIDS"⁶, dei então ênfase às possibilidades criativas e revolucionárias do trabalho científico sobre AIDS no novo contexto de interações multidireccionais que a globalização da luta contra a AIDS proporcionava, e sobretudo com o potencial do Brasil nos mesmos. Desenhavam-se então três cenários para o futuro da luta contra a AIDS: (1) medicalização em termos clássicos com periferalização das questões sociais e do terceiro mundo, (2) reestruturação democratizante com paridade para as questões do mundo em desenvolvimento (ampliação das questões de pesquisa, paridade nos protocolos, embaratecimento e disponibilização das soluções terapêuticas), e (3) uma total revolução científica, com radical transformação de paradigma médico e das hierarquias nos planos do saber e na ordem do mundo. No Brasil pareciam encontrar-se as "enzimas de transformação" necessários para o terceiro e mais radical destes futuros cenários: interfaces

6. Parte do seminário "O Impacto Social da AIDS no Brasil, Instituto de Medicina Social, UERJ, 1991.

entre o campo médico, político, de acção social, e entre primeiro e terceiro mundo; pesquisa politizada e transnacional; intervenção e capacidade negociativa em foruns internacionais.

Se bem que a análise se mantenha quatro anos depois, a perspectiva de uma mudança radical e total na forma de pensar e actuar em relação à AIDS parece agora demasiado optimista. Tudo parece apontar para uma estabilização do campo em termos de clássica medicalização. Finalmente, a "condição global" não era o terreno de transformação democratizante que se projectava na representação das agências internacionais, nomeadamente do Programa Global de AIDS. É antes uma arena multidireccional onde estruturas de poder e dominação se reconfiguram, eventualmente abrindo parcerias, mas sem soluções mágicas onde a técnica de comunicações globais e a retórica da acção global permitam substituir e apagar os enredos da micro-política local e as estruturas hegemónicas da macropolítica internacional.

Possibilidades

Hoje, enquanto a antropologia ultrapassa um breve fascínio pela "globalização" despida dos aspectos políticos, centrada nos temas de "creolização", reconfiguração de significados, concatenações pós-modernas, onde por breves instantes nos vimos quase assimilados à crítica literária e à recollecção esparsa de pedaços de informação num mundo que parecia parcialmente liberto dos canais de dominação e aberto para a multidireccionalidade, outros assuntos parecem emergir para a ordem do dia e fazem-nos repensar em alguns dos temas clássicos da disciplina, passíveis de se reinstrumentalizar. São os velhos temas da antropologia política, económica, da etnicidade, agora em contexto de globalização, de localização múltipla e rápida deslocação, de comunicação total, que emergem ainda. Para entendermos populações deslocadas, transnacionais, migrantes, refugiadas, em guerra, em acção global, em luta pela sua saúde, fazendo face a desafios biológicos, criando estratégias de sobrevivência a curto prazo, reinventando o quotidiano em contextos sócio-económico-culturais inteiramente diferentes, devemos reabilitar a nossa capacidade de análise, comentário e exame do poder, da produção/consumo, e da definição de identidades como a antropologia sempre fez: observando, na intimidade do trabalho de campo, o nível micro; pensando, com consciência reflexiva/comparativa, no nível macro. Agora,

porém, transfigurando o método: nenhuma aldeia tranquila espera por nós; não são apenas aviões, mas satélites e canais cibernéticos, que vencem as distâncias físicas e nos levam a esse terreno etnográfico multi-local onde teremos necessariamente de nos situar; várias línguas, ou uma só, até a nossa, substituem a tradicional "língua de terreno"; hierarquias entre etnógrafo e etnografado invertem-se; tempos de pesquisa dilatam-se, ou comprimem-se; e a imaginação criativa, a capacidade de, como a antropologia clássica, inventar o método onde não há o cânone, será fundamental para o crescimento e reconfiguração da disciplina.